



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

TRIBUNAIS

ANALISTA JURÍDICO (AJAJ)



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado Tribunais – Analista Jurídico

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em concursos de Tribunais para Analista Jurídico;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-05-09-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

61 – A B C D E
62 – A B C D E
63 – A B C D E
64 – A B C D E
65 – A B C D E
66 – A B C D E
67 – A B C D E
68 – A B C D E
69 – A B C D E
70 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Texto**Juramento do Médico Veterinário**

“Sob a proteção de Deus, **PROMETO** que, no exercício da Medicina Veterinária, cumprirei os dispositivos legais e normativos, com especial respeito ao Código de Ética da profissão, sempre buscando uma harmonização entre ciência e arte, aplicando os meus conhecimentos para o desenvolvimento da sanidade e do bem-estar dos animais, da qualidade dos seus produtos e da prevenção de zoonoses, tendo como compromissos a promoção do desenvolvimento sustentado, a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade de vida e o progresso justo e equilibrado da sociedade humana. E prometo tudo isso fazer, com o máximo respeito à ordem pública e aos bons costumes. Assim o prometo.”

(<http://www.vetcardio.50webs.com/juramento.html>. Acesso em 14/03/2016.)

01. A partir da leitura do texto, infere-se que

- a) o juramento é o documento que orienta a prática da medicina veterinária.
- b) o exercício da medicina veterinária restringe-se aos cuidados com os animais.
- c) um dos compromissos do médico veterinário é com o desenvolvimento tecnológico dos recursos voltados ao bem-estar dos animais.
- d) o Médico Veterinário deve usar seus conhecimentos para a prevenção de doenças em animais, exceto aquelas que podem ser transmitidas aos seres humanos.
- e) existe um Código de Ética da profissão que deve ser respeitado pelo Médico Veterinário.

02. Atente para as afirmativas abaixo.

I Em: “... cumprirei os dispositivos legais e normativos, com especial respeito ao Código de Ética... E prometo tudo isso fazer, com o máximo respeito à ordem pública” o acento em “código”, “ética” e “máximo” justifica-se por serem palavras proparoxítonas.

II Em: “no exercício da Medicina Veterinária, cumprirei os dispositivos legais e normativos, sempre buscando uma harmonização entre ciência e arte...” os acentos podem ser justificados por duas regras.

III Em: “eles têm muito a contribuir, porém não são obrigados” “têm” recebe acento pelo mesmo motivo de “porém”: ambos são oxítonos terminados em EM.

IV Em: “Os juízes proferiram a sentença, após três dias do julgamento” o acento em “juízes” ocorre por apresentar o segundo I tônico do hiato; “após” é oxítono terminado em O(s) e “três” por ser monossílabo tônico terminado em ES.

Está correto o que consta em:

- a) I e IV
- b) I, II, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV
- e) III

03. A forma de tratamento, o emprego de pronomes e a linguagem utilizada estão plenamente adequados no seguinte caso:

- a) Vimos à presença de Vossa Excelência, diretor da escola, solicitar a dispensa das aulas excepcionalmente na Semana Cultural.
- b) Como o Presidente não poderá comparecer ao evento, fará o pronunciamento o Porta-Voz representando Sua Excelência.
- c) Senhora reitora, Vossa Excelência irá à formatura?
- d) Sua senhoria, Presidente da Câmara, pode tomar seu assento na tribuna?
- e) Vossa Santidade, o Papa Francisco, planeja vir ao Brasil em 2022.

04. “A engenheira projetou o equipamento”

A forma verbal está corretamente transposta para a voz passiva em:

- a) foi projetado
- b) estava projetando
- c) havia projetado
- d) projetando-se
- e) está projetado

05. O verbo que pode ser flexionado no plural, sem prejuízo da correção e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

- a) Há pouco espaço no armário.
- b) O Metrô de São Paulo transporta 7,8 milhões de pessoas por dia.
- c) A maioria dos refugiados vive no Oriente Médio e no Norte da África.
- d) Precisa-se vendedores.
- e) Choveu três dias sem parar.

06. Quanto à regência verbal ou nominal, considere:

- I Obedeceram às determinações do Conselho.
- II Assiste-se, nos dias atuais, os doentes em hospitais de campanha.
- III Os estudantes tiveram acesso ao portal.
- IV A população foi grata para com os benefícios recebidos.

O emprego está incorreto em:

- a) II e III
- b) III, apenas
- c) I, II e III
- d) II, apenas
- e) IV, apenas

07. A concordância nominal ou verbal foi corretamente empregada de acordo com a norma padrão em:

- a) Mantiveram-se alertas durante o plantão.
- b) A comissão considerou culpado a secretária e o diretor.
- c) Existiu reclamações dos usuários.
- d) Anexas no relatório as planilhas financeiras.
- e) O pessoal chegaram mais cedo.

08. No que se refere ao emprego do acento indicativo de crase e à colocação do pronome, a alternativa que completa corretamente a frase *A professora respondeu... é:*

- a) àqueles alunos que a escutavam
- b) à alguns alunos que escutavam-na.
- c) à estes alunos que a escutavam.
- d) à aluna que escutava-a.
- e) à algumas alunas que a escutava.

09. Está pontuada corretamente, a frase:

- a) Carlos Drummond de Andrade, mineiro, publicou, o primeiro livro em 1942.
- b) Drummond declarou, que Manoel de Barros era o maior poeta brasileiro.
- c) As senhoras do carro, moravam no Rio.
- d) A desilusão foi grande mas, ele vai superar.
- e) Verônica, a irmã caçula, era muito inteligente.

10. Marta é um amor de mãe.

A função sintática do elemento sublinhado na frase acima corresponde à mesma do sublinhado em:

- a) Ela tem muito amor à mãe.
- b) A mãe podia sair a qualquer momento.
- c) As lindas paisagens do litoral brasileiro são exuberantes.
- d) Maria tem orgulho da filha.
- e) A filha estava à toa.

Direito Administrativo

Fabiano Pereira

11. No que se refere ao direito administrativo e aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

- a) Ofenderá o princípio da eficiência a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.
- b) O princípio da eficiência está entre os princípios implícitos que regem a atuação da administração pública.
- c) A impossibilidade da alienação de direitos relacionados aos interesses públicos reflete o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- d) Com base no princípio da autotutela o Poder Judiciário intervém para apreciar atos administrativos que estejam supostamente eivados de ilegalidades.
- e) A obrigação do agente público de fazer somente o que a lei permite corresponde ao princípio da moralidade, que é associado à administração pública.

12. Julgue a assertiva correta, no que se refere ao processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos.

- a) A lei nº 9.784/1999 é de aplicação obrigatória para os procedimentos administrativos que ocorrem no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta dos poderes executivos da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- b) O não atendimento da intimação para ciência de decisão importa o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.
- c) Como decorrência dos princípios da legalidade e da segurança jurídica, é correto afirmar que os processos administrativos regidos pela Lei n.º 9.784/1999 devem, em regra, guardar estrita correspondência com as formas estabelecidas para cada espécie processual, podendo a lei, em determinadas hipóteses, dispensar essa exigência.
- d) No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos.

e) O ato administrativo discricionário, praticado por agente incompetente, dever ser revogado pela administração.

13. No que se refere aos poderes administrativos, aos atos administrativos e ao controle da administração, julgue os itens seguintes e assinale a assertiva correta.

- a) A homologação de um certame licitatório, seguida da adjudicação do objeto licitado ao futuro contratado, não é classificada como um ato administrativo.
- b) Se ficar constatado que determinado ato administrativo se tornou inconveniente, a administração pública deverá promover a sua anulação.
- c) Há equivalência jurídica entre motivo e motivação de um ato administrativo.
- d) Presunção de legitimidade é atributo universal aplicável a todo ato administrativo.
- e) Licença é o ato pelo qual a administração concorda com um ato jurídico já praticado.

14. Julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo.

- a) O processo administrativo poderá iniciar-se de ofício ou em razão de requerimento do interessado.
- b) A competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada ao órgão da defensoria pública, por ato administrativo motivado e publicado no meio oficial.
- c) Concluída a instrução do processo, a administração tem o prazo de trinta dias para decidir, vedada a prorrogação desse prazo.
- d) Em regra, os recursos administrativos, quando interpostos pelos interessados, têm efeito suspensivo.
- e) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo pode ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

15. Acerca de poderes administrativos e do controle da administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O poder hierárquico fundamenta a apuração de faltas funcionais e a aplicação de punições ao agente infrator.
- b) A cobrança de multa constitui exemplo de exceção à autoexecutoriedade do poder de polícia, razão por que o pagamento da multa cobrada não pode se configurar como condição legal para que a administração pública pratique outro ato em favor do interessado.
- c) O administrador público age no exercício do poder hierárquico ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.
- d) O fato de a administração pública internamente aplicar uma sanção a um servidor público que tenha praticado uma infração funcional caracteriza o exercício do poder de polícia administrativo.
- e) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

16. Em se tratando dos poderes da administração pública, é INCORRETO afirmar que

- a) o poder de polícia pode ser atribuído a autarquia, mas não a empresa pública.
- b) o poder hierárquico manifesta-se, com exclusividade, no Poder Executivo.
- c) o poder do administrador público — que constitui, ao mesmo tempo, dever para com a comunidade — é irrenunciável pelo seu titular.
- d) O poder de polícia dispõe de certa discricionariedade, haja vista o poder público ter liberdade para escolher, por exemplo, quais atividades devem ser fiscalizadas para que se proteja o interesse público.
- e) No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.

17. Assinale a afirmativa correta sobre as licitações públicas.

- a) Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.
- b) Tratando-se de pregão, os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.
- c) A participação de bolsas de mercadorias no apoio operacional é vedada a órgão ou entidade que promova pregão eletrônico.
- d) A contratação direta por notória especialização é caso especial de inexigibilidade de licitação.
- e) Quando houver interesse público, a administração pública poderá exigir dos participantes do pregão garantia das propostas, especialmente nos editais cujo objeto seja de alta complexidade em tecnologia da informação.

18. Em relação às disposições da Lei de Licitações e Contratos, bem como do pregão, julgue os itens subsecutivos e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na modalidade convite, empresas que não tenham sido convidadas pela administração não poderão participar da licitação.
- b) Cinco dias úteis são estabelecidos legalmente como o prazo mínimo para o recebimento de propostas para a licitação na modalidade convite.
- c) O objetivo da licitação pública é escolher a proposta mais vantajosa para o futuro contrato e fazer prevalecer o princípio da isonomia, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) As compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, poderão ser implementadas com base na modalidade de licitação denominada pregão.
- e) A modalidade de licitação denominada pregão é sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

19. Assinale a opção correta relativamente a licitação e contratos públicos.

- a) As normas do direito privado aplicam-se diretamente sobre os contratos administrativos celebrados pela administração pública.
- b) Ao firmar contrato administrativo em nome da Administração Pública, é lícito que o gestor público o faça de forma oral, pois o ato do agente público é suficiente para validar o contrato.
- c) Está sujeita à nulidade a celebração de contrato com a Administração Pública que desrespeite a ordem de classificação das propostas ou que inclua terceiros estranhos ao procedimento licitatório.
- d) O contratado fica obrigado a aceitar alterações unilaterais promovidas pela administração, desde que estas não excedam 70% do valor do objeto original.
- e) Caso um contrato administrativo para construção de bem imóvel seja rescindido por culpa exclusiva da empresa contratada, esta não receberá pela parte executada.

20. No que se refere à organização da administração pública, pode-se afirmar corretamente que a Administração direta remete à ideia de _____, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de _____.

Assinale a afirmativa que preencha, respectivamente, as lacunas de forma correta.

- a) administração centralizada / desconcentrada.
- b) administração descentralizada / administração centralizada.
- c) administração centralizada / desincompatibilização.
- d) administração descentralizada / desconcentrada.
- e) administração centralizada / administração descentralizada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Suponha que Dátila, Presidente da República, tenha sido condenado criminalmente pelo STF, ocasião em que fora decretada sua prisão. Tércio, Ministro de Estado da Saúde, expediu ato determinando que, em razão do agravamento de uma grande pandemia, a população estaria proibida de deixar suas casas, a qualquer hora do dia. Já Isaías, Delegado da Polícia Federal, mantém encarcerado indivíduo acusado de traficar drogas, sem qualquer indício de que tenha, de fato, cometido o crime. Em relação à possibilidade de impetração de *habeas corpus* nessas três situações, é possível afirmar que:

- a) O *habeas corpus* não é cabível contra a condenação sofrida por Dátila, mas a ação poderá ser ajuizada, perante o STJ, contra o ato expedido por Tércio.
- b) Caberá *habeas corpus*, perante o STF, nas três situações.
- c) Qualquer pessoa poderá ajuizar *habeas corpus*, perante o TRF competente, contra o ato ilegal cometido por Isaías.
- d) O STJ poderá conceder, de ofício, *habeas corpus* contra os atos expedidos por Tércio e Isaías.
- e) A ação poderá ser intentada diretamente no STF, contra a decisão condenatória de Dátila, bem como contra o ato exarado por Tércio.

22. Fora aprovada, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, lei dispendo acerca de sua Defensoria Pública, bem como sobre assistência jurídica no Estado. O governador, no sentido de complementar tais iniciativas de cunho assistencial, editou medida provisória versando sobre seguridade social. A análise das disposições constitucionais relativas a tais matérias permite concluir que:

- a) A medida provisória é inconstitucional, por tratar de tema vedado a essa espécie legislativa.
- b) A lei é inconstitucional no ponto em que trata da assistência jurídica, que, assim como a seguridade social, são da competência privativa da União.

- c) Os dois atos normativos editados pelo Estado são plenamente válidos, vez que tais temas se inserem no rol de competências concorrentes entre a União, Estados e Distrito Federal.
- d) A lei estadual, desde que tenha sido editada em obediência às normas gerais estabelecidas pela União, pode ser considerada válida. Já a medida provisória é inconstitucional, por invasão de competência privativa da União.
- e) A medida provisória estadual, por abordar tema reservado com exclusividade à União e, portanto, indelegável, deve ser declarada inconstitucional.

23. A tramitação da medida provisória terá início _____ e, caso não seja apreciada em até _____ de sua publicação, _____, trancando a pauta _____. Completados _____ sem que tenha sido aprovada, será _____. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas anteriores:

- a) Na Câmara dos Deputados; 60 dias; entrará em regime de urgência; das duas Casas Legislativas; 60 dias; automaticamente prorrogada por igual período.
- b) No Senado Federal; 45 dias; será automaticamente prorrogada por igual período; das duas Casas do Congresso; 90 dias; considerada automaticamente rejeitada.
- c) Na Câmara dos Deputados; 45 dias; entrará em regime de urgência; da Casa em que estiver tramitando; 60 dias; automaticamente prorrogada por igual período.
- d) No Senado Federal; 45 dias; será automaticamente prorrogada por igual período; da Casa em que estiver tramitando; 90 dias; considerada automaticamente rejeitada.
- e) Na Câmara dos Deputados; 60 dias; entrará em regime de urgência; das duas Casas do Congresso; 120 dias; automaticamente prorrogada por igual período.

24. O diretor de determinada unidade prisional expediu ato autorizando a realização de cultos e eventos religiosos direcionados aos presos. Jonas, que se encontra internado no referido estabelecimento, recusou-se a participar dos rituais, alegando motivos pessoais de cunho filosófico, e solicitou ao seu advogado que acionasse o Poder Judiciário para contestar a prática que, a seu ver, contraria frontalmente os princípios da laicidade estatal e da liberdade religiosa. Pode-se afirmar que, em relação ao contexto apresentado:

- a) Jonas deverá ter seus direitos políticos suspensos, caso se recuse a participar dos eventos religiosos e a cumprir prestação alternativa eventualmente proposta pelo Poder Público.
- b) De fato, o ato expedido pela autoridade prisional fere a necessária neutralidade estatal, no que diz respeito às manifestações religiosas, o que justifica a intervenção do Poder Judiciário nessa situação.
- c) Jonas apenas poderia ter alegado imperativo de consciência caso sua crença religiosa fosse comprovadamente contrária aos cultos sugeridos, sendo incabível cogitar de convicção filosófica para se recusar a participar dos cultos dentro do estabelecimento prisional.
- d) Jonas poderá alegar imperativo de consciência desde que inexista lei fixando prestação alternativa à participação nos eventos sugeridos, caso contrário estará sujeito à suspensão de seus direitos políticos.
- e) A participação de Jonas em quaisquer práticas religiosas não é obrigatória, mas o ato de autorização editado pelo diretor do estabelecimento não fere a laicidade estatal.

25. Jalécio é empregado de empresa pública estadual e, dois meses após ter sido contratado, decidiu aderir ao movimento grevista da categoria respectiva. O dirigente da entidade, no entanto, considerou abusivo o exercício de tal prerrogativa, vez que ausente norma legal disciplinando o direito garantido pela Constituição. De acordo com o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Assiste razão ao dirigente da entidade, uma vez que o direito de greve, em relação aos agentes públicos da administração pública direta e indireta, é garantido por meio de norma de eficácia limitada.
- b) Aos empregados públicos é garantido o direito de greve, nos mesmos moldes das regras aplicáveis aos trabalhadores da iniciativa privada, independentemente de regulamentação legal.
- c) O exercício de greve pelos empregados da empresa não pode ser considerado abusivo, já que assegurado pela CF/88 em norma de eficácia plena.
- d) Jalécio deveria ter impetrado mandado de injunção, a fim de exigir do Poder Público a edição de norma regulamentadora, da qual depende a fruição do direito em questão.
- e) O exercício do direito de greve, assegurado pela Constituição aos trabalhadores da iniciativa privada, não foi estendido aos empregados de entidades da administração indireta, ainda que admitidos segundo o regime celetista.

26. Percival foi eleito deputado federal. Logo após a diplomação e dias antes da posse no referido cargo, o parlamentar é preso em flagrante, ao cometer crime de tortura. Os autos foram, então, imediatamente remetidos ao Congresso Nacional, o qual, mediante voto da maioria absoluta dos membros das duas Casas, decidiu pela manutenção da prisão.

- a) A prisão de Percival encontra guarida no texto constitucional, o qual, embora tenha conferido imunidade processual aos membros do Poder Legislativo, a estes não atribuiu imunidade contra a prisão.
- b) A prisão de Percival se deu em total desrespeito aos comandos constitucionais, considerando que,

atualmente, a CF/88 veda a prisão de parlamentares federais.

- c) Percival não poderia ter sido preso ao cometer crime de tortura, já que este é imprescritível e insuscetível de graça e anistia, porém sujeito a fiança.
- d) Embora a decisão acerca de sua manutenção não coubesse ao Congresso, a prisão de Percival encontra respaldo no texto constitucional, já que o flagrante de crime inafiançável ocorrera após a diplomação.
- e) Não há que se falar em imunidade contra a prisão antes da posse no cargo, razão pela qual não caberia ao Congresso nacional decidir se Percival deveria ser mantido preso ou não.

27. Lei municipal X introduziu diversas regras pertinentes ao sistema previdenciário de seus servidores, que passariam, a partir de então, a contar com Regime Próprio aplicável aos ocupantes de cargos efetivos, exclusivamente em comissão e eletivos. Ficou estabelecido que tais agentes deveriam, também, aposentar-se compulsoriamente aos 75 anos de idade. Em seguida, foi editada a lei Y, fixando novos tetos remuneratórios para o funcionalismo público, variáveis por Poder. À luz do que determina a Constituição Federal, é possível concluir que:

- a) A Lei X é inconstitucional, haja vista que o novo Regime Próprio somente seria aplicável aos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.
- b) Apenas a lei Y seguiu os mandamentos constitucionais, uma vez que aos estados e municípios facultou-se a adoção de limites remuneratórios variáveis por poder, em substituição ao teto único do Poder Executivo.
- c) A lei Y incorre em flagrante inconstitucionalidade, ao ignorar a regra que estabelece o subsídio do prefeito como subteto para todo o funcionalismo público municipal, no âmbito de todos os Poderes.
- d) Apenas a lei X contém disposição contrária ao que determina a CF/88, uma vez que a aposentadoria compulsória não se aplica aos ocupantes de cargos eletivos e exclusivamente em comissão.
- e) As leis X e Y devem ser consideradas válidas, já que obedeceram às diretrizes fixadas pela CF/88.

28. Elinaura, filha de pais portugueses que, por ocasião de seu nascimento, aqui se encontravam temporariamente a serviço do governo de Portugal, passou a residir no Brasil após atingida a maioridade. No tocante aos direitos passíveis de serem usufruídos em território nacional, pode-se concluir que Elinaura:

- a) Poderá optar pela nacionalidade originária brasileira, a qualquer tempo.
- b) Poderá requerer a quase nacionalidade apenas após completar um ano de residência ininterrupta no Brasil.
- c) Poderá usufruir, desde já, dos direitos inerentes aos brasileiros natos, já que nasceu em solo brasileiro.
- d) Caso haja reciprocidade de Portugal, poderá usufruir dos direitos inerentes aos brasileiros naturalizados, sem prejuízo da possibilidade de aquisição na naturalização ordinária.
- e) Terá adquirido a nacionalidade brasileira automaticamente, após um ano de residência ininterrupta no Brasil, caso haja reciprocidade por parte de Portugal.

29. A respeito dos partidos políticos, considere:

- (I).** Poderão ter caráter regional ou nacional.
- (II).** É obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.
- (III).** São vedadas coligações nas eleições proporcionais, sendo permitidas nas eleições majoritárias.
- (IV).** As normas de disciplina e fidelidade partidárias estão taxativamente previstas no texto constitucional.

Contraria as regras contidas na Constituição Federal a afirmação contida em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, III e IV.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II e IV.

30. Sidney é um advogado de 40 anos que há 15 exerce a profissão, gozando de excelente reputação em seu meio profissional. Jécio, Presidente da República, decidiu destituir Amaraldo, que já se encontrava em seu terceiro mandato consecutivo, do cargo de Procurador-Geral da República (PGR), nomeando Sidney para exercer a função em seu lugar. Pode-se concluir, com base no que determina a atual Constituição, que:

- a) Jécio agiu bem ao destituir Amaraldo, vez que a Constituição permite apenas uma recondução ao cargo, embora devesse ter submetido o nome de Sidney à prévia aprovação do Senado Federal.
- b) A destituição de Amaraldo exige a aprovação do Senado federal, por maioria absoluta, sendo a nomeação de Sidney, na qualidade de advogado, inconstitucional.
- c) Sidney atende aos requisitos exigidos para exercer a chefia do Ministério Público da União, sendo igualmente regular a destituição de Amaraldo, considerando que o cargo é de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.
- d) A nomeação de Sidney teria sido válida caso ele tivesse sido submetido à sabatina no Senado Federal, podendo ser reconduzido ao cargo sucessivas vezes.
- e) A nomeação de Sidney deveria ter sido precedida de formação de lista tríplex pelo órgão de classe correspondente, mas a Constituição não exige a aprovação de seu nome pelo Senado.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. A respeito da lei penal no tempo, assinale a assertiva que esteja de acordo com os dispositivos legais:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora transcorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato cometido durante sua vigência, não ocorrendo, nessa hipótese, a retroatividade de lei mais benéfica.
- b) A lei posterior que torna uma conduta atípica não favorece o condenado criminalmente por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) A ultratividade da lei anterior que favorece o agente só pode ocorrer até a execução da pena, após, não.
- d) A pena dada por lei posterior se aplica a crime antes praticado, porém, a conduta deve ser considerada legalmente como crime ao tempo da sua prática.
- e) A lei penal não admite retroatividade.

32. Imagine a seguinte situação: Tício, marinheiro, desferiu duas facadas em seu colega de farda a bordo do navio da Marinha Brasileira, quando o navio estava em águas sob soberania do Chile. Levando em consideração a situação hipotética, marque a assertiva que está de acordo com os dispositivos legais:

- a) a lei penal brasileira será aplicada em virtude do princípio da justiça universal.
- b) a lei penal brasileira será aplicada em virtude do princípio da defesa.
- c) a lei penal italiana será aplicada em virtude do crime ter ocorrido em águas sob soberania do Chile.
- d) a lei penal brasileira será aplicada em virtude do princípio da territorialidade.
- e) a lei penal brasileira será aplicada em virtude do princípio do pavilhão.

33. Assinale a assertiva que está de acordo com o Código Penal:

- a) O erro sobre a ilicitude do fato, quando inevitável, poderá diminuir a pena.
- b) O erro de proibição inescusável exclui a culpa.
- c) O erro de tipo inescusável exclui a culpa, mas não o dolo.
- d) O erro de tipo essencial vencível exclui o dolo e a culpa.
- e) O erro de tipo vencível exclui o dolo, mas não a culpa, quando previsto em lei.

34. Pedro, estava com Sérgio e mais alguns amigos em uma festa de aniversário. No fim da noite, quando todos estavam se despedindo da aniversariante, Sérgio sem querer tropeça e sua bebida acaba caindo nas vestes de Pedro. Logo em seguida, Sérgio pede desculpas pelo ocorrido, porém, Pedro, no ápice de sua raiva, vai até o estacionamento, abre o portaluvas do carro e pega sua pistola. Volta à festa e desferiu 03 tiros em Sérgio pelas costas, o qual veio à óbito imediatamente. Qual o crime cometido por PEDRO?

- a) homicídio simples;
- b) homicídio qualificado pelo motivo torpe;
- c) homicídio duplamente qualificado pelo motivo torpe e com recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;
- d) homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil e com recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;
- e) homicídio triplamente qualificado pelo motivo torpe, emprego de arma de fogo e com recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido.

35. No que diz respeito ao crime de furto e de roubo, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Penal:

- a) No crime de furto, a pena é majorada em 2/3, se o crime é cometido durante o repouso noturno.
- b) No crime de roubo a pena é majorada em 1/3 até 1/2 se a violência ou ameaça é praticada com emprego de arma de fogo.
- c) No crime de furto a pena é majorada em 1/3 se há destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- d) No crime de roubo, aplica-se em dobro a pena se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- e) Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, a pena é majorada em 2/3.

36. Julgue os itens a seguir com base no direito penal e assinale a opção correta.

- a) quanto ao concurso de pessoas, o direito penal brasileiro adota a teoria monista, onde os indivíduos que colaboraram para a prática delitiva devem, como regra geral, responder pelo mesmo crime. Tal situação pode ser afastada pela aplicação do princípio da intranscendência das penas, quando um dos colaboradores tenha desejado participar de delito menos grave, caso em que deverá ser aplicada a pena deste.
- b) os crimes de concurso necessário não se confundem com os crimes plurissubjetivos. Nos primeiros a tipicidade necessariamente só se dá com o concurso de agentes, enquanto que nos segundos os agentes podem se reunir eventualmente para praticar o crime.
- c) O Código Penal brasileiro atualmente vigente adota a teoria exclusivamente monista do concurso de agentes. Em decorrência desta opção dogmática de nosso legislador, jamais, e em hipótese alguma, nossa legislação admitiu a possibilidade de excepcioná-la, para adotar a teoria pluralista.

d) no que diz respeito ao concurso de pessoas, o sistema penal brasileiro adota a teoria monista, ou igualitária, mas de forma mitigada, vez que estabelece graus de participação do agente de acordo com a sua culpabilidade.

e) O concurso de agentes exige: interveniência de duas ou mais pessoas para o mesmo fato delituoso; identidade de infração penal; e vontade consciente de concorrerem todos os agentes para o mesmo crime, sendo irrelevante a contribuição causal de cada um.

37. Sobre a Teoria Geral dos delitos, assinale a opção correta:

- a) O CP brasileiro não adotou a teoria diferenciadora, mas em relação ao agente que tinha o dever legal de enfrentar o perigo, poderá ser aplicada a justificante do estado de necessidade, se o bem sacrificado era de menor valor comparado ao protegido.
- b) O Código Penal brasileiro, de acordo com o entendimento majoritário na doutrina, consagra o estado de necessidade somente como excludente da antijuridicidade, ou seja, justificante, enquanto o Código Penal Militar consagra o estado de necessidade justificante e exculpante.
- c) segundo a doutrina majoritária, o Código Penal brasileiro adota a teoria diferenciadora do estado de necessidade, que se contrapõe à teoria unitária.
- d) De acordo com a doutrina dominante, o estado de necessidade exculpante se configura quando o bem ou interesse sacrificado for de igual ou maior valor do que o bem protegido; o estado de necessidade justificante se configura quando o bem ou interesse sacrificado for de menor valor ao que se salva.
- e) para a teoria diferenciadora, se o bem jurídico sacrificado tiver maior valor àquele protegido na situação de necessidade, estaremos diante do chamado estado de necessidade justificante;

38. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Código Penal, legislações extravagantes e Doutrina:

- a) teoria do domínio do fato aplica-se aos crimes culposos e dolosos.
- b) a Teoria Subjetiva/Unitária não distingue autor de partícipe, mas permite a aplicação de graus diversos de autoria. Todos que concorrem para o delito são autores.
- c) O superior hierárquico não pode ser punido com base na teoria do domínio do fato se não tiver sido demonstrado o dolo.
- d) para a Teoria Objetiva/Dualista não há distinção entre autor e partícipe. Autor é todo aquele que de alguma forma coopera para a produção do resultado.
- e) a Teoria Extensiva estabelece clara distinção entre autor e partícipe; autor realiza o núcleo do tipo, partícipe concorre.

39. André, à noite, almejando subtrair um computador, entra em repartição pública com a chave que tinha em razão do cargo. Entretanto, pensa sobre as implicações da sua conduta, motivo pelo qual deixa o local sem nada subtrair. Ocorre que o segurança da repartição, informado sobre a intenção de André, o aborda na saída e efetua sua prisão em flagrante. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de André:

- a) é atípica em razão da desistência voluntária.
- b) é atípica em razão do arrependimento eficaz.
- c) é atípica em razão do arrependimento posterior.
- d) configura tentativa de peculato em virtude da desistência voluntária.
- e) configura tentativa de peculato em virtude do arrependimento eficaz.

40. O crime pode ter como sujeito passivo:

- a) o meio ambiente e os animais ameaçados de extinção.
- b) o ser humano e a coletividade.
- c) objetos e animais.
- d) semoventes e ser humano.

e) o ser humano e os animais.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657/42), é correto afirmar que:

- a) a lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família;
- b) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver sido constituída a dívida;
- c) para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliados os seus proprietários;
- d) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem;
- e) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

42. É absolutamente incapaz:

- a) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos;
- b) o portador de deficiência física;
- c) o portador de deficiência auditiva;
- d) o pródigo;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

43. A Associação dos Procuradores do Estado “X” é:

- a) pessoa jurídica de direito público interno, pois criada a partir de servidores públicos;
- b) pessoa jurídica de direito público externo;
- c) pessoa jurídica de direito público interno, pois criada para finalidades públicas;
- d) pessoa jurídica de direito privado;
- e) empresa pública.

44. Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

- a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.;
- d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamentários e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

45. Não podem se casar:

- a) os menores de dezesseis anos, em qualquer situação;
- b) os parentes colaterais, até o quarto grau;
- c) as pessoas casadas, salvo as separadas de fato a mais de dois anos;
- d) os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural;
- e) a pessoa que possua impedimento de longo prazo de natureza mental.

46. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

47. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

48. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos;
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados;
- c) dez anos contínuos;
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

49. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

50. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

51. De acordo com as normas constantes no Código de Processo Penal, julgue os itens abaixo.

- I) A lei processual penal admitirá interpretação restritiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito e da doutrina.
- II) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, exigindo reiteração dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- III) O requerimento apresentado pelo ofendido visando instauração de Inquérito Policial, obrigatoriamente, deve conter, dentre outros elementos, a narração do fato, com todas as circunstâncias.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, V, V.

52. Com relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- b) Em nenhuma hipótese, a autoridade policial está autorizada a determinar o arquivamento dos autos de Inquérito Policial.
- c) Os atos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.
- d) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

53. Joana foi vítima de calúnia praticada por Aninha e Maria. Bastante chateada com o ocorrido, Joana, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Aninha, pois Maria era melhor amiga de sua irmã.

Na situação narrada acima, ocorreu:

- a) Decadência.
- b) Perdão.
- c) Retratação.
- d) Renúncia.
- e) Perempção.

54. Sobre o tema Prisão, julgue as assertivas subsequentes.

- I) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- II) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência ou unidade hospitalar, só podendo ausentar-se com autorização judicial.
- III) A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, V, V.

55. Em relação à competência em processo penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O concurso entre jurisdição comum e militar constitui causa de separação obrigatória de processos.
- b) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- d) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.
- e) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

56. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- e) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.

57. Tendo em vista o Código de Processo Penal, caso o réu esteja preso, este deverá ser citado:

- a) Por edital.
- b) Pelo administrador do presídio.
- c) Pessoalmente.
- d) Por hora certa.
- e) Por meio eletrônico na pessoa do defensor dativo.

58. A respeito do Tribunal do Júri, julgue as assertivas a seguir.

- I) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- II) A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 6 (seis), na denúncia ou na queixa.
- III) O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, V, V.

59. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, julgue os itens abaixo.

1. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;
2. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;

3. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;

4. A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- b) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- c) Somente os itens 1, 3 e 4 estão corretos.
- d) Somente os itens 2 e 3 estão corretos.
- e) Somente os itens 3 e 4 estão corretos.

60. Com relação à Lei 9.099/95 que rege os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, independente das regras de conexão e continência.
- b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- c) Por razões de economia processual, a competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo local em que o crime se consumou, ainda que o lugar em que foi praticada a infração penal seja distinto deste.
- d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer infração penal lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, independente da presença do autor do fato e da vítima, providenciando-se apenas as requisições dos exames periciais necessários.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

61. Os princípios do contraditório e da ampla defesa ocupam espaço de destaque no Código de Processo Civil. Sobre os referidos princípios, assinale a alternativa correta:

- a) Ao juiz é vedado decidir contra ou a favor de uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- b) Para que seja concedida qualquer tutela provisória, exige-se que as partes sejam ouvidas antecipadamente.
- c) Exige-se a oitiva prévia da parte antes da concessão da tutela provisória de urgência.
- d) Ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, o juiz deverá conceder às partes oportunidade de se manifestar antes de proferir sua decisão.
- e) Em se tratando de ação monitória, diante da falta de título executivo, a oitiva prévia das partes é fundamental em todas as fases do processo.

62. O Código de Processo Civil apresenta os casos em que a jurisdição brasileira será exercida com exclusividade sobre qualquer outra e casos em que não será possível o exercício jurisdicional pátrio. Sobre tais limites, é correto afirmar:

- a) Não compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira proceder à partilha de bens situados no Brasil em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável quando o titular for de nacionalidade estrangeira.
- b) As ações relativas a imóveis situados no Brasil são de competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária do domicílio do réu.
- c) Se o tratado internacional contiver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro, a ação não poderá ser processada e julgada pela autoridade judiciária brasileira.
- d) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

e) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

63. Dentre as causas de modificação de competência está a convenção entre as partes. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Havendo abusividade da cláusula de eleição de foro, o réu deverá alegá-la no bojo da contestação, sob pena de preclusão.

b) A eleição de foro obriga apenas as partes contratantes, não sendo aplicada aos seus herdeiros e sucessores.

c) Por tratar-se de um exercício de autonomia da vontade das partes, o magistrado não poderá exercer qualquer controle sobre a cláusula de eleição de foro estabelecida.

d) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. A eleição produzirá efeitos quando constar de instrumento escrito ou quando firmada oralmente pelas partes capazes.

e) A competência funcional pode ser objeto de convenção entre as partes.

64. Em observância ao princípio da boa-fé, o Código de Processo Civil prevê a responsabilização das partes por dano processual. Desse modo, pode-se afirmar que:

a) Apenas autor e réu poderão ser responsabilizados por perdas e danos quando litigarem de má-fé.

b) Não há litigância de má-fé quando a parte deduz pretensão ou defesa contra fato incontroverso por tratar-se de manifestação do princípio da ampla defesa.

c) A alteração da verdade dos fatos constitui crime, punível conforme o Código Penal, mas não caracteriza litigância de má-fé.

d) Caso a parte use do processo para conseguir objetivo ilegal, o juiz deverá adverti-la e concederá prazo razoável para que a petição inicial seja aditada ou seja alterado o pedido ou a causa de pedir.

e) Há litigância de má-fé quando a parte provoca incidente manifestamente infundado, bem como quando procede de modo temerário em qualquer ato processual.

65. A intervenção do *amicus curiae* é admitida em razão da relevância da matéria, da especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia. Sobre essa espécie de intervenção, pode-se afirmar que:

a) o *amicus curiae* submete-se aos mesmos ônus que as partes e gozará dos mesmos poderes e faculdades processuais.

b) a participação do *amicus curiae* poderá ocorrer por solicitação do juiz ou relator, a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se.

c) de acordo com a natureza jurídica do *amicus curiae* admitido no processo, haverá a alteração de competência para o juízo federal.

d) o *amicus curiae* detém legitimidade para os embargos de declaração e para recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas e do incidente de assunção de competência.

e) a decisão que admite o *amicus curiae* é recorrível por agravo de instrumento.

66. Os atos processuais devem ser realizados em tempo e lugar adequados para que sejam reputados válidos e sem vícios. Assinale a alternativa que se apresenta em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil:

a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

b) Quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano ao ato processual, este poderá ser concluído após o horário limite.

- c) Ao oficial de justiça é vedado, sem autorização do magistrado, realizar citações, intimações e penhoras em dias úteis fora do horário estabelecido pelo Código de Processo Civil.
- d) Em se tratando de prática eletrônica de ato processual, esta poderá ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo. Nesse caso, deve-se considerar o horário vigente no local de peticionamento do procurador.
- e) É vedada a prática de atos processuais durante as férias forenses e nos feriados.

67. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, e deverá constar da petição inicial ou da reconvenção. Assinale a alternativa em que o valor da causa apresentado está incorreto:

- a) Na ação de cobrança de dívida, o valor da causa corresponderá à soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- b) Em se tratando de ação que tenha por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato jurídico, o valor da causa será o valor do ato ou o de sua parte controvertida.
- c) Na ação de alimentos, o valor da causa corresponde à soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- d) Em se tratando de ação indenizatória por danos morais, o autor poderá estipular qualquer valor à causa para fins meramente fiscais.
- e) Em caso de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor da causa corresponderá ao valor da avaliação da área ou do bem objeto do pedido.

68. De acordo com o Código de Processo Civil, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que:

- a) limite-se à indicação de ato normativo, sem explicar efetivamente sua relação com a causa ou a questão decidida.
- b) utilizar conceitos jurídicos indeterminados, ainda que explicito o motivo concreto de sua incidência no caso.
- c) não enfrentar os principais argumentos deduzidos no processo e capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- d) invocar precedente ou enunciado de súmula sem identificar seus fundamentos determinantes, ainda que demonstre que o caso *sub judice* se ajusta àqueles fundamentos.
- e) deixar de seguir precedente, enunciado de súmula ou jurisprudência invocada pela parte, mesmo que demonstre a superação do entendimento.

69. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) apenas a decisão homologatória de autocomposição judicial caracteriza-se como título executivo judicial.
- b) a doutrina entende que a arbitragem não é jurisdição e, por isso, a sentença arbitral é considerada um título executivo extrajudicial.
- c) considera-se a sentença estrangeira como título executivo judicial apenas quando homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, exigindo-se, para o mesmo fim, que à decisão interlocutória estrangeira seja concedido o *exequatur*.
- d) os títulos executivos judiciais seguem, simplificada, o mesmo procedimento: após a sua formação no juízo cível, o executado será intimado o cumprimento de sentença.
- e) a autocomposição judicial não pode envolver sujeitos estranhos ao processo, nem versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

70. O Código de Processo Civil disciplina o processamento e julgamento da ação de consignação em pagamento, deixando que o direito material verse apropriadamente sobre suas características. Em relação ao referido procedimento especial, pode-se afirmar:

- a) Admite-se a consignação de quantia ou de coisa devida, mas não é possível o ajuizamento da ação tendo obrigações de fazer ou não fazer como objeto.
- b) Em se tratando de obrigação em dinheiro, o valor poderá ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, citando-se o credor para manifestar-se em 15 (quinze) dias.
- c) A liberação da obrigação só ocorrerá mediante manifestação expressa do credor ou decisão judicial com trânsito em julgado.
- d) A consignação será requerida no lugar do pagamento ou no foro de domicílio do réu.
- e) No caso de prestações sucessivas, o credor deverá peticionar ao juízo requerendo a consignação a cada vencimento.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-05-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>